

hipóteses de século

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 9 • 2009

Um nosso século XX
duas hipóteses, três preocupações e uma conclusão provisória

Carlos Leone

Carlos Leone, doutorado em História das Ideias pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), investigador do Centro de História da Cultura da FCSH-UNL. E-mail: ce.leone@gmail.com

1. Duas hipóteses de século XX português

Este texto toma como primeira dificuldade a determinação temporal do século XX português. Desde logo, por excluir a facilidade cronológica da calendarização¹. Tal como o século XX de qualquer outro loca de política e cultura, também o português não se determina em nada de substantivo de forma contabilística, antes subordina a critérios especificamente seus a delimitação de um tempo que possamos tomar como seu, que possamos e devamos confundir consigo. O tempo do século XX português (e, de novo, esta é uma marca que partilha com a generalidade das nações modernas) presta-se a pelos menos duas leituras:

- a do «longo século XX», iniciado em 1890, com o surgir de uma geração que vai contestar as instituições e no breve espaço de tempo que mediou entre a sua irrupção estudantil e a sua afirmação socioprofissional, vai promover uma mudança de regime (da Monarquia para a República) com o fito de concretizar as promessas falhadas do nosso século XIX de liberalização, modernização e democratização;
- a do «breve século XX», dando-o como iniciado em 1910, leitura dominante na nossa historiografia actual² e que toma para efeitos de datação a consequência e não a causa da mudança de regime, isto é, que privilegia a europeização de Portugal no século XX e não tanto a contestação à Monarquia que a precedeu imediatamente.

Ambas as hipóteses partilham elementos. A predominância de uma geração na determinação do tempo histórico colectivo português e o pressuposto mais ou menos explicitado da europeização ou modernização do país no século XX serão os mais relevantes. A questão do recurso à noção de «geração» será vista de seguida; o pressuposto será retomado apenas na conclusa deste artigo, na sua conclusão provisória.

Neste momento, há ainda que precisar um outro ponto em comum às duas concepções, pelo menos aos nossos olhos, ponto esse relativo ao termo do século. Este deve ser situado em 1986, data da adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia, que constitui a um só tempo simbólico e institucional, a concretização dos sucessivos projectos modernizadores (desde o século XVIII), liberalizantes (século XIX) e republicanos (século XX) que configuraram historicamente os esforços de europeização de Portugal, mau grado todas as tensões de cada um e entre uns e outros. A integração do espaço comum europeu, numa adesão simultânea com a espanhola, é também significativa a esse nível ibérico, que medeia o nacional e o europeu. Tal como a sorte das experiências republicanas ibéricas do início do século foi similar, derrubadas por ditadura militares e sucedidas por regimes autocráticos, também a democratização no final

¹ No caso, aliás, apenas uma aparente facilidade, pois tanto o ano de 1900 como o de 2000 foram marcados por controvérsias mediáticas, políticas e científicas geralmente improficuas sobre quando se iniciava e quando se encerrava o século.

² Por todos, cite-se Costa Dias, «o século XX português começa em 1915» (DIAS, L. A. Costa – *Da implosão à explosão do sujeito*, p. 17), fórmula que consagra a República como marcador histórico pois foi em 1915 que surgiu no nosso espaço público a primeira geração pós-1910 (e, ainda, fórmula que se filia sem dificuldades na interpretação da história europeia que entende ter tido início o século em 1914).

do século cumpriu, em ambos os países, o mesmo papel de normalização e estabilização da pertença europeia dos Estados peninsulares. Esta democratização é de resto aquilo que melhor caracteriza ambos os países e o conjunto dos membros da actual União Europeia, na medida que mais do que o regime político (República ou Monarquia) é o sistema de governo democrático (que não se reduz a um procedimento eleitoral, registe-se) que constitui condição de acesso à União. Deste modo, a conexão histórica entre a I República portuguesa e a actualidade é determinada não por características formais (pois também o Estado Novo foi formalmente uma República) mas pela comum correspondência entre a constituição republicana e a governação democrática, à qual o Estado Novo nem sequer aspirou. Essa conexão é aquela que permite e, de certo modo, determina a integração nas instâncias supranacionais europeias, tanto no caso português como no espanhol. Assim, esta pertença, a sua institucionalização em 1986, vem assinalar a afirmação de um projecto político particular (europeísta), de escopo nacional, conferindo sentido à experiência histórica atribulada do século XX³.

Por tudo isto, este texto é escrito numa perspectiva específica, a que opta pela segunda hipótese de século XX português (1910-1986). Fá-lo por assim poder incluir todos os protagonistas pertinentes do período 1890-1910 de um modo ponderado, isto é, considerando-os na sua integração no contexto histórico e social próprio do século XX, a República. Neste contexto, 1910 permite uma datação mais ampla do que 1915, pois compreende o ano em que todas as tendências que surgiram com o novo regime se afirmam publicamente (e esse ano foi de facto 1915) mas fá-lo sem excluir os agentes provindos do passado, que marcaram a I República não só no seu primeiro lustro mas bem para lá dele.

Dito isto, tudo o que de seguida se escreve pode ser (é legítimo supor) mantido numa abordagem mais ampla, que privilegie o «longo século XX». E, do mesmo modo, tanto as três preocupações que de seguida se discutem como a provisória conclusão do texto têm cabimento em qualquer uma das duas hipóteses de século (ainda que com matizes naturalmente diferentes).

2. Três preocupações metodológicas

Já citado através do artigo de L. A. Costa Dias, o primeiro número da revista *Estudos do Século XX* exprimia, pela mão do seu organizador, António Pedro Pita, três preocupações que será oportuno aqui reconsiderar, pois expressamente elas iniciavam um exame

³ De novo comum a Portugal e Espanha. Neste texto, se privilegiamos as décadas de 1920 e 1930, isso deve-se ao aspecto adicional de, nesse período, verificar-se também uma sincronia ibérica com os processos europeus favoráveis à formação de governos autoritários, militaristas e nacionalistas (também aqui sem que tenha sido relevante o regime de cada Estado, monárquico, republicano ou outro). Quer esses processos quer os movimentos de contestação que conheceram de imediato formam um período crucial em que se verifica o acerto de uma hora ibérica, por sua vez sincronizada com a hora europeia, no qual se delinham linhas de pensamento e de acção que marcam a maior parte do século XX (em qualquer das acepções acima indicadas) e que ainda estão por ser suficientemente estudadas e valorizadas na generalidade das ciências sociais e humanas, tantas vezes o seu valor heurístico é subvalorizado em favor de generalizações (com cabimento, admissivelmente) como «realidades da Europa do Sul» e outras.

que, como em 2001 se afirmava, «queremos prosseguir»⁴. Essas três preocupações eram (cf. pp. 13/4) sobre a pertinência da categoria de geração; a dissolução de fronteiras disciplinares; o primado da análise das obras sobre (previamente a) qualquer consideração sobre os seus autores. Pela declarada – e lógica – continuidade entre esse número da revista dedicado às estéticas do século XX e o número presente, votado à própria concepção de unidade secular, estas três preocupações permanecem válidas. Além disso, pela sua própria especificidade, a consideração do século XX como um todo, que compreende mas não se esgota nas suas diversas dimensões estéticas, reforça a pertinência destas preocupações.

2.1. Numa crítica ao senso comum de extracção empírica que pretende dar por adquirido um mimetismo entre a dimensão ideológica e a dimensão pessoal das ideias de uma dada época sob a designação genérica de «geração» (cf. p. 13), Pita punha em causa esse paralelismo entre a história e o desenvolvimento de ideias e a história e desenvolvimento dos indivíduos. Pouco importa aqui aferir a fidelidade do n.º 1 a esta preocupação, ela é relevante por lançar o problema da consciência dos fenómenos geracionais (ou assim designáveis). A boa consciência com que o termo é utilizado usualmente, como a referência ao senso comum empírico denota, resulta em não pequena medida da inconsciência com que se faz uso do termo «geração»; já a má consciência (ou, talvez melhor, a «consciência infeliz») com que o recurso ao termo pode ser mantido – como fazemos neste texto, *ab initio* – resulta da apreciação das ambiguidades que ele comporta.

A ambiguidade fundamental jaz na inconsciência de cada geração enquanto tal. Nada impede, e disso há abundantes exemplos, que um dado conjunto de indivíduos se auto-represente e se comporte intencionalmente como um todo distinto do tecido social em que se insere em função da sua afinidade etária. Na cultura portuguesa, como aliás em todas as culturas modernas (pelo menos), o tropo retórico dos «novos» contra os «velhos» (quando não mesmo dos «vivos» contra os «mortos») é frequentemente peça central de polémicas de todo o tipo: política, artístico, científico, profissional, etc. Contudo, a questão que valida ou não a pertinência do uso do termo não é essa, mas sim a da representatividade desse conjunto que se dá a conhecer enquanto Geração de alguma coisa, isto é, trata-se de aferir a acuidade da sua pretensão ao reconhecimento como símbolos culturais (sem diferenciar aqui o artístico do político, etc.). Mesmo nos casos em que de facto a consciência de um desses grupos geracionais adquire influência na generalidade da sociedade que o integra, forçoso será reconhecer que por norma essa influência é mediada pelo tempo, muitas vezes tendo como consequência a própria sucessão da geração por uma outra (falando aqui em termos estritamente etários) e, concomitantemente, uma transmissão defectiva e parcial dos seus ideais até ao momento em que estes (o que deles resta) efectivamente se afirmam.

As duas hipóteses referidas no início do texto relativas ao século XX português são exemplares a este respeito. Ambas partilham a teleologia europeia e o pressuposto europeísta precisamente porque entre a geração de 1890 e a de 1910 (ou 1915, se se preferir) há uma parcial sobreposição na acção durante o período fundador da I República (o seu primeiro lustro, justamente) e, nessa sobreposição, verifica-se uma violenta disputa sobre a

⁴ PITA, António Pedro – *Uma hipótese de Século*, p. 13.

pertinência e mesmo a bondade dos ideais dos «velhos» republicanos por parte dos «novos» que surgem no espaço público apenas no período final da Monarquia e que, para todos os efeitos, só com o advento da República se emancipam socialmente, mesmo institucionalmente⁵.

Como é natural, após esse primeiro momento definidor da República, a competição social entre a geração dos «velhos» e a dos «novos» não desaparece, o que se altera é a consciência de cada grupo e, com essa alteração, modifica-se também o carácter extremado que essa pertença conferia ao indivíduo que dela se reclamava. Rapidamente as divergências ideológicas reconfiguram afinidades e hostilidades mais nitidamente do que as delimitações etárias (numa versão cronológica da noção de geração) ou do que as datas mobilizadoras de uma afirmação social conjunta de um grupo (na versão «culturalista» do termo geração, aplicável a 1890, 1910, 1915, 1933, etc.).

Estas constatações, contudo, convocam outra dificuldade que merece alguma (pre)ocupação, a saber, a da alegada coerência ideológica geracional. Trate-se discussões políticas, estéticas, morais, económicas, etc., a unidade garantida pelo recurso à noção de geração é construída sempre *a posteriori*, e, nesse processo, a determinação de tendências dominantes (ou qualquer outro termo equivalente) depende da elisão da pluralidade e complexidade que perfaz cada época. No período aqui em consideração, o «fernandismo» (no dizer de José Régio) erigido em cima do túmulo de Pessoa e com uma relação com a sua Obra muitas vezes quase nula exemplifica bem como toda a riqueza e diversidade intelectual de uma época pode ser escamoteada pela mitificação de um dos seus constituintes, no que, aliás, também se faz um mau serviço aos modernistas de 1915.

O exemplo não é inocente, nem sequer original (já vários o discutiram, desde há décadas). Ele introduz um outro género de considerações a fazer a respeito do recurso à noção de geração que, como as anteriores, visa enquadrar o entendimento que aqui lhe damos de forma o mais matizada possível. O caso da indústria pessoana (e de outras similares, nas Letras como nas Artes em geral, bem como em qualquer outra área de actividade) indicia a valia primordialmente canónica do recurso ao termo geração. Por outras palavras, o uso do termo geração como se de uma evidência se tratasse faz parte de um senso comum, mas não de um qualquer senso comum, antes do educado e, inclusivamente, profissionalizado enquanto saber universitário (científico, se se preferir). É sobretudo dentro dos limites das instituições que estabelecem cânones – artísticos, científicos, profissionais ou outros – que a utilidade da perspectiva geracional se faz notar decisivamente enquanto critério organizador, ela vem legitimar a transição dos detentores de instâncias de poder, explicar de forma neutra relações de cooperação ou de conflito, preservar ou obliterar o passado colectivo, etc. A valia hermenêutica do termo será escassa e, no entanto, o seu potencial herístico é enorme. Ao que acresce ainda a sua utilidade quase irrestrita para efeitos de divulgação e de publicitação dos valores consagrados ou a consagrar, tudo facetas práticas do termo que, nesta era de especialização científica e de comunicação social omnipresente, o tornam quase universal.

⁵ Uma instância dessa disputa encontra-se no «inquérito literário» de Boavida Portugal, objecto de análise em LEONE, Carlos – *Portugal Extemporâneo* (vol. II), p. 25-37. Apesar de, aí, apenas a p. 26-28 se abordar o problema geracional (e de forma instrumental, ou quase), o essencial da análise não nos merece reservas e permanece conforme ao que aqui argumentamos.

Tudo isto sopesado, o recurso à noção de geração para caracterizar as hipóteses de século XX (as que avançamos ou outras) revela-se problemático e atreito a disputas pouco produtivas. Mas, ainda assim, permanece quase inevitável, quer do ponto de vista eidético (enquanto forma de expressão de consciência colectiva) quer do ponto de vista heurístico (como instrumento de manuseamento dos dados históricos de diversas origens e naturezas). Para os propósitos deste texto, haverá que retornar ao termo quando for o momento de concluir, pois o século XX português revela uma muito apreciável interacção (de pensamento e de acção) entre membros de grupos etários bem diversos e de tendências ideológicas bem distintas ao longo de todo o «breve século XX», tanto em termos de confronto como em termos de cooperação.

2.2. Se, como observou A. P. Pita no texto já citado, no domínio das artes é necessária uma abordagem interdisciplinar (ou, talvez melhor, pós-disciplinar), na reflexão sobre a configuração geral do século XX essa abordagem é mesmo a única possível, a única que tem ao menos hipóteses de gerar sentido inteligível para a multidão de experiências e interpretações históricas, tantas vezes desconexas e contraditórias. Tal como no caso da estética, nesta inquirição do século XX a mediação literária desfruta de uma cláusula de excepção cultural, por razões aliás lógicas. Há que atender a elas antes de pretender dar resposta à questão da disciplinaridade.

A obra literária ocupa o lugar central do trabalho de mediação crítica – seja esta científica, artística, política, etc. – em virtude da sua ubiquidade intrínseca. Ela é parte daquilo que critica, participa da sua própria mediação.

Num primeiro momento (ao menos lógico), a obra literária exprime o sentido que outras obras em outros suportes estão limitados a manifestar, isto é, dá conta das suas razões de um modo que mesmo formas expressivas porventura ainda mais intensas (*maxime*, música) não podem, por indisponibilidade de recursos, fazer.

Num segundo momento, o trabalho literário mescla-se como que naturalmente com outras expressões, conferindo-lhes a sua especificidade como um elemento adicional que, sem perder a sua especificidade, se integra num conjunto novo: assim com o teatro em geral e a ópera em particular, assim com o cinema (no falado não menos do que no mudo), assim com diversas formas de artes plásticas contemporâneas nas quais a textualidade se insere.

A partir deste ponto, a complexidade característica do literário é já manifesta, desdobrando-se nos esquemas clássicos de peça teatral dentro de peça teatral (ou filme, claro), nas citações e outros modos de referência em todos os suportes, etc. – isto é, o trabalho literário ocupa ostensivamente, em si e na sua relação com outras formas de expressão, a função de autoconsciência da obra ou do autor de acções narradas. A preponderância da especificidade do discurso literário marca como literárias mesmo obras e acções que não o seriam de outro modo, redefine as outras modalidades.

Por fim, depois de se definir, de influenciar outras expressões e de criar complexos expressivos sob sua influência, o discurso literário, sem nunca ter precisado de se recriar, desdobra-se em seu próprio reflexo, como crítica da própria obra literária. Concomitantemente, estatui-se como reflexão crítica da obra desenvolvida noutro meio expressivo,

inclusivamente em outra linguagem, mesmo quando as linguagens nem sequer são traduzíveis⁶.

Esta breve consideração descarta intencionalmente a diferença entre o literário e o discursivo, entre o escrito e a oralidade. Não obstante, servirá para indicar o ponto a partir do qual se torna compreensível a(s) causa(s) do estatuto singular da mediação literária e, conseqüentemente, o seu lugar central em qualquer esforço por evitar enclausuramentos disciplinares na análise, em estética ou sobre o século XX. Muito cruamente, toda a disciplina é literária, quer o queira quer não. Sem essa dimensão expressiva seria constitutivamente inapta a conceber e/ou transmitir um *corpus* seu.

O ponto é decisivo, articulando-se com a função académica da constituição de cânones. Ao firmar o seu património (a sua delimitação face a outras disciplinas, o seu *corpus*, e, neste, o seu cânone) através da mediação literária, qualquer disciplina, mesmo não-literárias na sua expressão própria, recorre ao meio literário para se auto-justificar perante os outros (e perante si mesma). O discurso literário é na esfera disciplinar aquilo que, segundo Aristóteles, o olhar é na esfera do conhecimento, a metáfora mais natural. Identifica-se uma disciplina pela sua articulação discursiva, na medida que esta é aferível por uma expressão literária, passível de a validar ou passível de ser criticada pela incapacidade de o fazer.

As dificuldades da relação entre disciplinas não literárias e a mediação literária são naturais e talvez irresolúveis de forma satisfatória em toda a sua extensão e complexidade. Contudo, seria imprudente concluir que nelas se esgotam as fronteiras entre disciplinas. Quando concebemos hipóteses de século XX português, não avançamos apenas dois modos de delimitar os seus pressupostos, limites e horizontes. Distinguimo-lo já do século correspondente (cuja aceção também será eventualmente múltipla) de outros Estados. O privilégio da mediação literária exerce-se também aqui, na caracterização nacional de uma cultura como portuguesa (estamos aqui num horizonte de modernidade, como cumpre ao abordar o século XX), desde logo por oposição ao idioma castelhano, por oposição a um século XX espanhol. Já se fez aqui um breve apontamento sobre o paralelismo entre a experiência política dos dois países no século XX. Agora, merece consideração a dimensão especificamente literária desse paralelismo. Ela reforça aquele apontamento e sugere que a quebra das fronteiras disciplinares exige uma metodologia igualmente livre de pressupostos nacionais (melhor dito, nacionalistas).

Num ensaio ainda inédito⁷, e no qual aliás recorre à noção de geração (o que não influi naquilo que no seu argumento nos importa neste momento), António Saez Delgado repensa nestes mesmos termos a relação entre as vanguardas ibéricas do século XX, em

⁶ Caso limite será o da crítica musical, que funda sobre o discurso literário a sua organização e o seu poder de comunicação com o público, incomparavelmente mais acessíveis do que a linguagem musical que subjaz à música e pela qual a obra musical comunica sensivelmente com o público. De facto, a limitação da linguagem musical não lhe é intrínseca, na verdade deve ser dita uma limitação do público que a acede à música de modo sensível. Em rigor, nem a musicalidade carece de mais nada, o seu poder comunicativo reside não na compreensão da linguagem musical pelo público mas na capacidade evocativa de sentimentos por parte do intérprete musical. Por isso mesmo a linguagem literária se torna indispensável à crítica musical: só ela pode dar sentido à experiência musical, não apenas um sentido acessível ao público numa linguagem que este domine, mas sentido inteligível racionalmente, reflexivo. Numa palavra, crítico.

⁷ SAEZ DELGADO, António – «Notas sobre Adolfo Casais Monteiro e a literatura espanhola». Citamos por número de página a partir do documento enviado pelo autor a nosso pedido, que agradecemos. Aguarda-se a publicação das actas do encontro em que foi lido originalmente, em Julho de 2008.

particular entre os modernismos português e espanhol surgidos em 1927. Ao fazê-lo, anota (p. 1) como o destino canónico funesto das gerações modernistas ibéricas de 1917 é comum e recomenda uma concepção continuista da modernidade na península (p. 3). Esta continuidade é aliás amplamente fundamentada no elenco que o autor faz das ligações entre autores e movimentos artísticos (literários mas não apenas) dos dois lados da fronteira – geográfica, não de qualquer concepção de século.

O caso que ilustra esta estratégia é, no texto, a relação entre Adolfo Casais Monteiro e o poeta espanhol António Machado (1875-1939, morto no exílio, tal como irá suceder em 1972 ao próprio Casais Monteiro). O interesse dessa relação (cf. pp. 7-9) reside na abordagem de Casais a disciplinas diferenciadas (Literatura espanhola e Literatura portuguesa) de um modo que, sem as renegar, percebe de forma inovadora (como Saez Delgado reconhece nas palavras de Casais sobre Machado) a comunhão de elementos entre as duas literaturas – logo, na linha do que vimos escrevendo, das múltiplas disciplinas, artísticas ou não. O que Casais percebe e voluntariamente adopta de Machado é algo que conhece da sua própria experiência, a natureza retórica da literatura espanhola, aliás ibérica.

Adoptando aqui uma fórmula usada por Saez Delgado no seu ensaio (p. 8), vemos bem como o rompimento com as fronteiras disciplinares, em todas as suas acepções, representa uma «tradição de ruptura», ou seja, é um atender à tradição (disciplinar) que visa reconfigurá-la, romper com a sua configuração anterior, canónica. Sem isto, tal como as tradições literárias se perpetuam acriticamente, também nenhuma das duas concepções de século propostas no início deste texto fará sentido *per se*.

2.3. Uma dificuldade que surge nesse trabalho, contudo, é a que amplia a terceira das preocupações de A. P. Pita, a da consideração de cada obra sem subalternizá-la a qualquer tutela, autoral, ideológica, ou outra. Como é natural, esta preocupação supõe a autonomia da obra, antes mesmo de necessitar de poder referir-se a uma Obra, algo que dificilmente se pode transpor para o domínio das concepções de século. No entanto, não é necessário identificar o século com uma instituição que corresponda à obra (o que, no século XX, poderia ser tentador fazer a respeito da instauração da república); bastará tomar o pulso ao que distintamente o século oferece como original nas obras que o marcaram.

Neste ponto confluem as preocupações anteriores em desvalorizar a questão da geração e em quebrar o isolamento das disciplinas. Seja a geração definida pelo nascimento ou pela entrada na vida pública, trate-se de especialização disciplinar estritamente científica ou de feição nacional(ista), a consideração da obra pelo que ela é que permite encontrar outra via de interpretação, para ela em primeiro lugar e, mediatamente, para o século. Como será defendido na conclusão deste texto (cf. *infra* «3»), a singularidade do século XX português encontra-se na vinculação do velho tema da modernização pela europeização à radicalização da experiência exílica (ela própria com uma longa história, sob diversos mantos, desde o colonialismo à emigração). Mas, antes de propormos uma hipótese de século XX português dentro do modelo já identificado como «breve século XX», esta terceira preocupação serve para propor um modo de apropriação – que é em igual medida um modo de construção – dos objectos relevantes para qualquer hipótese de século.

Escrevendo no seu exílio brasileiro, Adolfo Casais Monteiro notava: «Há quem se escandalize com o facto de haver no Brasil intelectuais portugueses que não se restringem às respectivas «especialidades», e que, sendo professores não se limitam a ensinar, sendo

poetas não se limitam a fazer versos, sendo pintores não se limitam a pintar...etc. É que esses intelectuais são também «especialistas» de outra coisa, se me permitem a ironia: tem a especialidade de ser cidadãos conscientes.» (CASAIS MONTEIRO, Adolfo – *O país do absurdo*, p. 146). O escândalo que Casais punha a ridículo persiste hoje ainda, e não apenas no Brasil. Com efeito, e por motivos sociais fáceis de perceber, a velha tradição corporativa portuguesa (que nada indica que seja, de todo, criação do século XX) e a crescente especialização do trabalho intelectual (científico, desde logo, mas não apenas desse) conjugam-se para cindir em microtemas e micro-objects de análise realidades históricas (ou sociais) que em nada beneficiam de abordagens que tantas vezes resultam em conclusões redundantes, como que destinadas a comprovar o adágio segundo qual as ciências sociais dão-nos a conhecer o que já sabemos. A consciência que nenhuma especialização deve obnubilar (pelo contrário), não deve ser entendida apenas em clave política. Embora muitas vezes essa seja adequada para dar conta de forma genérica de períodos históricos, também ela se integra, ou pelo menos se conjuga, com uma consciência da complexidade social em que a política (os seus agentes, as suas instituições, as suas ideias) desempenha papel capital mas não único⁸. A consideração do que é relevante na caracterização do século XX português deve tomar como seus materiais de pesquisa todas as formas de expressão e acção historicamente relevantes e para tanto tem de ser capaz de conjugar de forma eficiente disciplinas distintas e momentos históricos diferentes nunca perdendo de vista as relações que estabelecem (muitas vezes de forma inadvertida) entre si.

O que as interpretações de tipo periodológico permitem concluir, seja ou não a respeito do século XX, seja ou não sobre o caso de Portugal, é a relevância que têm as interferências e transmissões entre as gerações supostamente estanques e entre disciplinas supostamente auto-suficientes. Com efeito, a crescente especialização disciplinar e a conflitualidade entre sucessivas gerações, sendo ambas reais, suscitam uma não menor urgência de interpretação compreensiva dos seus processos e efeitos (deliberados e conscientes ou não). Assim, e para nos atermos ao exemplo do número anterior desta revista a que temos feitos menção, se no domínio da estética é fundamental considerar a obra enquanto tal, sem antes a integrar num conjunto que a integre e lhe sobreponha um sentido extrínseco, no domínio da concepção do século XX necessário é construir uma interpretação da rede de relações estabelecidas entre obras e autores a partir do testemunho que nos foi legado e só depois, se necessário, categorizar essa interpretação em função de movimentos, de disciplinas, de gerações (todos estes termos submetidos às discussões que já ficaram indicadas).

Antes, então, de expor a nossa hipótese de século, esta terceira preocupação metodológica é bem asada para delinear uma dessas redes de relacionamentos e interpretar o seu significado. Tomemos o caso de Adolfo Casais Monteiro, isto é, da sua actividade enquanto autor (para não nos precipitarmos de imediato em referências ao todo da sua Obra). Para os nossos propósitos podemos permanecer em *O país do absurdo*. É um caso exemplar da interligação de disciplinas autónomas e da sobreposição de várias gerações, nisso mesmo se encontram temas centrais do pensamento do seu autor, que nos permitem desenvolver a observação de Saez Delgado sobre o relacionamento das vanguardas modernistas ibéricas.

Recolha de dispersos, que toma o seu título do primeiro desses textos maioritariamente jornalísticos, *O país do absurdo* pode ser catalogado como a edição em livro o faz «textos

⁸ Aspecto a retornar mais tarde, na conclusão deste texto.

políticos». Isso, sendo conveniente para fins de arrumação na Obra Completa do autor, não serve para interpretar a obra. O que esta encerra é uma interpretação não sistemática desse país absurdo, Portugal, elaborada no único local em que ela era possível (o exílio), beneficiando dos meios próprios da modernidade (direitos cívicos, liberdade de expressão, divulgação mediática) sem renunciar a origem cultural, desde logo na língua, nem a consciência pessoal e social que a passagem ao exílio pusera na sua forma mais aguda e periclitante⁹. Essa interpretação conjuga elementos filosóficos (formação académica de Casais), literários (área profissional de actividade, ensino e investigação) e políticos (causa directa do exílio), todos eles imbricados com a sua biografia, mesmo a nível familiar. Em concreto, referimo-nos à origem filosófica das suas convicções políticas e éticas, formadas num contacto próximo com grupos bem diversos tanto do ponto de vista geográfico (Coimbra e Porto) como do ponto de vista etário (ainda que sempre dentro da intelectualidade surgida já no período republicano). Referimo-nos igualmente à reunião na sua actividade como autor de elementos habitualmente isolados nas análises disciplinares: a literatura, e nesta a poesia, a ficção, a tradução, edição; o jornalismo, crítica de literatura mas também crítica de arte e, no caso, comentário político; o ensaio científico, ligado ao ensino universitário. E, igualmente, encontramos também em *O país do absurdo* a reflexão política elaborada em termos não apenas partidários-institucionais, estritos, mas numa acepção que nunca desliga a política do social, isto é, da história que a integra e que no caso de Casais está associada ao movimento Renovação Democrática¹⁰.

Se notarmos que *O país do absurdo* é, tal como *A palavra essencial* (de onde Saez Delgado cita as palavras de Casais sobre Machado), obra do exílio, teremos bem presente o quanto essa condição foi determinante para a elaboração de cada obra e como cada uma, a seu modo, reflecte as dimensões supra-nacionais, supra-geracionais (em *O país...* são muito expressivas as referências a Jaime Cortesão, cf. ed. cit. pp. 301-308), supra-disciplinares, e, logicamente, *ante-generalistas* dos trabalhos de Casais e, por maioria de razão, da sua Obra.

Esta rede de relacionamentos explicita o modo como a geração surgida durante a ditadura militar e ainda no período de consolidação do Estado Novo (primeiro lustro da década de 1930) se definiu não apenas em conflito com a de 1910 que imediatamente a antecedeu (como pretendido por muito neo-realista) mas também por grande envolvimento com ela (o que se vê em Casais a respeito de Cortesão, e mais ainda de Leonardo Coimbra, encontra-se já na década de 1930 em Régio a respeito de Sérgio). Nessa confluência de gerações, formações intelectuais e ideologias fez-se o século XX português. Que as armadilhas simplificadoras nem por isso são facilmente desmontáveis, demonstra-o o silêncio que acolheu a primeira edição de *O país do absurdo* no conturbado ano de 1974 e o reiterado silêncio que acolheu a sua reedição em 2007, de certo modo confirmações da pertinência da tese que de seguida se avança, a da definição do breve século XX português como o século da modernização pelo exílio.

⁹ A posição de Casais Monteiro não é obviamente única e, por isso, a consideração de qualquer obra sua a esta luz ganha em, posteriormente, ser enquadrada no seu meio, o qual já foi objecto de pelo menos uma análise, por Mansur da Silva (cf. bibliografia). Para um enquadramento mais amplo, de tipo biográfico, cf. LEONE, Carlos (org.) – *Adolfo Casais Monteiro – uma outra presença*.

¹⁰ Todos estes elementos estão comentados no prefácio que acompanha a edição citada, na qual se indica outra bibliografia pertinente sobre estas questões na Obra Completa de Casais Monteiro.

Conclusão provisória: exílio e europeização

Em conclusão, podemos afirmar que se a nossa exposição não for vítima de erros factuais, é pelo menos possível interpretar o século XX português (o «breve», sobretudo) como o da europeização da sociedade portuguesa em função de uma modernidade a que verdadeiramente se acedeu por consequência do exílio em números nunca antes verificados e ainda por pressão externa. A europeização pelo exílio, enquanto hipótese explicativa do século XX, merece no entanto uma clarificação e uma ressalva.

A desvalorização da sucessão de gerações e da segregação disciplinar deve ser mantida em virtude das suas fraquezas próprias mas, igualmente, por imposição do que é empiricamente verificável no século XX português: o trânsito de exílio e retorno de portugueses atravessou o século e fez-se na forma de cruzamentos sucessivos entre muitos actores, caracterizando toda a experiência social, desde as elites até aos sectores menos privilegiados da população, de um modo muitas vezes não nomeado mas nem por isso menos real ou menos nítido para os próprios. A flutuação terminológica entre exilados, expatriados, emigrados políticos, etc. não indica apenas a escassa reflexão sobre esse estatuto, marca também a sua frequência e variedade através do século. Factores justamente essenciais para se perceber o quanto as influências se disseminaram de forma menos esquemática do que as divisões etárias e categoriais levam a pensar e, não menos importante, influenciaram todos os que se encontravam directa e indirectamente em contacto com os alvos dessas formas de (re)pressão.

Esta realidade deve fazer com que a hipótese do século XX português como o da modernização pelo exílio nunca se reduza a uma interpretação mecânica de factos políticos, em que «os exilados» (como se de um corpo autónomo e coerente se tratasse) transformam Portugal e os portugueses, europeizando-os. Não andaríamos, aí, longe do sonho sergiano de um escol de estrangeirados que retornaria ao país e o regeneraria. Na verdade, aquilo que a hipótese que avançamos afirma é algo bem mais complexo e (ainda que intuitivamente perceptível) mais árduo de demonstrar: foi a influência europeizante (modernizante) dos exilados contemporâneos sobre os que não abandonaram o país mas nele sofriam (re)pressões homólogas às dos exilados que propiciou a transformação social da segunda metade do século XX, obra conjunta de gerações várias (1910, 1930, 1945 e 1960, aproximadamente) e, claro, da pressão de processos internacionais do pós-II Guerra Mundial.

A ressalva a fazer à hipótese é justamente essa, a do seu carácter social, não disciplinar. Logo, reflectindo a composição heterogénea dos grupos formais e informais da sociedade portuguesa, não se presta a uma assimilação a generalizações já firmadas sobre grupos, movimentos, etc. Caso maior disso mesmo, a repercussão interna da acção externa (de exilados, emigrantes, etc.), requer uma reapreciação da categoria de exílio, de modo a dar conta da situação paralela entre o interior e o exterior de Portugal em termos de opressão individual e suas consequências. O modo de levar a cabo essa redefinição, susceptível de convolar a hipótese deste século XX numa verdadeira tese, é já outro problema. O duplo exílio, e a realidade social que criou mesmo no século XX pós-1974 e até ao presente, é algo que, felizmente, excede o âmbito deste trabalho.

BIBLIOGRAFIA

- MONTEIRO, Adolfo Casais – *O país do absurdo*. 2.^a ed. Lisboa: INCM, 2007. ISBN 978-972-27-1551-5.
- DIAS, Luís Augusto Costa – Da implosão à explosão do sujeito. *Estudos do Século XX*. Coimbra: Quarteto Editora, ISSN 1645-3530. N.º 1 (2001) p. 15-40.
- LEONE, Carlos – *Portugal Extemporâneo*. 1.^a ed. Lisboa: INCM, 2005. 2 vols. ISBN 972-27-1401-5.
- LEONE, Carlos (org.) – *Adolfo Casais Monteiro – uma outra presença*. 1.^a ed. Lisboa: BNP, 2008. ISBN 978-972-565-434-7.
- SILVA, D. Mansur da – *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro (1956-1974)*. 1.^a ed. Lisboa: ICS, 2006. ISBN 972-671-175-4.
- PITA, António Pedro – Uma hipótese de Século. *Estudos do Século XX*. Coimbra: Quarteto Editora, ISSN 1645-3530. N.º 1 (2001) p. 11-14.
- SAEZ DELGADO, António – Notas sobre Adolfo Casais Monteiro e a literatura espanhola. [Inédito]